Série Artigos

INSTITUTO DURANGO DUARTE

Entre a Pedra e a Sombra:

as Contradições do Barão de São Domingos no Amazonas Imperial

DURANGO DUARTE

Entre a Pedra e a Sombra:

As Contradições do Barão de São Domingos no Amazonas Imperial

A memória das cidades costuma ser generosa com os poderosos do passado. Placas de bronze e nomes de logradouros tendem a cristalizar biografias impecáveis, transformando políticos complexos em heróis lineares. No Centro Histórico de Manaus, a movimentada Rua Barão de São Domingos — outrora chamada Rua de Ramalho Júnior, no antigo bairro da Calábria — é o ponto de partida para redescobrir um desses personagens. Por trás do título de nobreza e das realizações de Domingos Monteiro Peixoto, presidente da Província do Amazonas entre 1872 e 1875, esconde-se um emaranhado de pragmatismo, crises sanitárias e severas controvérsias que a história oficial tentou silenciar.

Afastando-se do mito do administrador perfeito, o exame das fontes primárias — incluindo a própria Falla dirigida à Assembleia Provincial em março de 1874 — revela um governante moldado pelas duras contingências do Segundo Reinado. Monteiro Peixoto permaneceu no poder por dois anos e oito meses, um período considerável para a época. Ele não era um líder eleito, mas um delegado do poder central do Rio de Janeiro enviado para ordenar uma província ainda jovem e isolada. Suas pegadas estão, indiscutivelmente, na continui-

dade de obras marcantes como o Paço Municipal, a Igreja Matriz e o Palacete Governamental, embora tais projetos tenham sido frutos de esforços coletivos de engenheiros e operários que atravessaram múltiplos governos.

Se na infraestrutura e no apoio à expansão da navegação a vapor ele cumpriu o roteiro esperado do progresso imperial, a sua relação com as populações originais da floresta distava muito da narrativa humanitária. Em seus pronunciamentos oficiais de 1874, Monteiro Peixoto adotou o jargão hostil do Estado colonial para criminalizar os indígenas Waimiri, atribuindo-lhes ataques a embarcações na freguesia de Moura. Longe de ser um guardião dos direitos indígenas, o presidente provincial operava como o braço forte da expansão territorial, na qual os nativos eram vistos frequentemente como obstáculos ao comércio fluvial.

O verdadeiro teste de fogo de sua gestão ocorreu no campo da saúde pública, quando Manaus foi fustigada por uma violenta epidemia de varíola em 1873. Para conter o contágio, Monteiro Peixoto determinou o isolamento dos enfermos em enfermarias improvisadas no Largo de São Sebastião e no Morro do Seminário. Os registros sobreviventes desse trágico episódio revelam a precariedade da medicina oitocentista: das 332 pessoas que deram entrada nas instalações da Cachoeira Grande, 160 morreram — uma taxa de letalidade avassaladora de quase 50%. A crise foi tão severa que, em 1874, o próprio relatório presidencial admitia o esgotamento total da capacidade do Cemitério de São José, expondo o colapso dos serviços funerários e sanitários da capital.

No entanto, são as sombras administrativas que mais tencionam a biografia do Barão. Pesquisas recentes no arquivo do Espírito Santo — província que Monteiro Peixoto governou logo após deixar o Amazonas — trouxeram à tona graves acusações de corrupção. Contratos vultosos assinados em sua gestão, envolvendo desde a iluminação pública a gás até a limpeza de rios e serviços de navegação, foram sumariamente anulados ou rescindidos por seus sucessores sob a justificativa de que lesavam gravemente os cofres públicos.

• • •

Até mesmo o seu orgulhoso título de nobreza é alvo de disputa histórica. Concedido em 1876 pelo Rei D. Luís I de Portugal em retribuição ao apoio do governante à doação de terras para o hospital da Sociedade Portuguesa Beneficente, o baronato foi contestado por membros da própria comunidade portuguesa de Manaus, que questionaram a legitimidade dos documentos que fundamentaram a honraria europeia.

A história não necessita de santos ou de vilões absolutos; carece de contexto. O Barão de São Domingos não foi um gestor impecável e tampouco um destruidor; foi o reflexo de um Império desigual, que tentava erguer instituições modernas sobre o solo instável das epidemias, do autoritarismo e das conveniências políticas. Hoje, quando o Rio Negro sobe e alaga a Rua Barão de São Domingos, a geografia de Manaus parece lembrar que a história, assim como as águas, sempre encontra uma forma de trazer à superfície aquilo que o tempo tentou cobrir.

Nota Editorial: O Enigma da Origem e do Fim

Um dos aspectos mais intrigantes da biografia de Domingos Monteiro Peixoto é o silêncio documental que envolve suas balizas vitais. Embora seus atos administrativos, decretos e relatórios políticos estejam minuciosamente registrados nos anais do Império brasileiro e da chancelaria real portuguesa, a historiografia oficial esbarra em um "ponto cego": sua naturalidade, data de nascimento e data de falecimento permanecem desconhecidas.

Essa ausência de dados — representada pelo clássico ponto de interrogação (?) nos dicionários biobibliográficos — não é uma falha da pesquisa moderna, mas um reflexo do próprio funcionamento do Brasil oitocentista. Como bacharel em Direito, Monteiro Peixoto obrigatoriamente transitou pelas faculdades de Olinda ou de São Paulo, mas seus rastros pessoais se diluíram após o afastamento da vida pública e o subsequente ostracismo político decorrente das controvérsias no Espírito Santo e no Amazonas.

Para o leitor e para o pesquisador contemporâneo, essa lacuna

• • •

serve como um lembrete de que a história é um território em constante construção. O mistério sobre onde o Barão nasceu e onde exalou seu último suspiro transforma sua rua homônima em Manaus não apenas em um memorial de suas contradições, mas em um convite aberto para que futuros historiadores continuem escavando os arquivos em busca das respostas que o tempo ocultou.

Nota de pesquisa e referências

A investigação permitiu confirmar acontecimentos importantes e identificar pontos que ainda exigem exame documental. Merecem especial aprofundamento as acusações formuladas contra Monteiro Peixoto, a atuação de seu governo nos conflitos envolvendo populações indígenas, as realizações educacionais atribuídas à sua administração e o ato português de concessão do título nobiliárquico.

Entre as fontes consultadas, destacam-se:

1 - Domingos Monteiro Peixoto, Falla dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas, 25 de março de 1874, referenciada em pesquisas acadêmicas.

2 - Repositório UFES

Joel Soprani, Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

3 - Arquivo Público ES

João Batista de Faria e Sousa, textos históricos reproduzidos em Um historiador, alguns fatos inéditos e muitas histórias, edição de 2014.

4 - IDD - Instituto Durango Duarte

5 - Abrahim Baze, estudo histórico sobre a Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas, publicado pela Academia Amazonense de Letras.

• • •

6- Academia Amazonense de Letras

7 - Mário Ypiranga Monteiro, Roteiro histórico de Manaus, volume I, 1998, citado no levantamento sobre a Rua Barão de São Domingos.

8 - Portal Amazônia

9 - Estudo sobre os cemitérios e a modernização de Manaus, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, com informações sobre a epidemia de varíola de 1873.

10 - Anuário Genealógico Brasileiro, de 1943, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Série

Artigos

INSTITUTO DURANGO DUARTE